

Novo ato do Fórum das Seis em 14/2: Pressão no CO pelo 13º e defesa das universidades

Os docentes e servidores técnico-administrativos estatutários da Unesp – cerca de 12.700 pessoas, entre ativos e aposentados – ainda não receberam o 13º salário de 2018. Para dar continuidade à luta por esse direito, o Fórum das Seis chama novo ato público estadual, no dia 14/2, a partir das 8h30, em frente à reitoria da Unesp quando ocorrerá mais uma reunião do Conselho Universitário (CO) para discutir o assunto.

Na reunião passada do CO, em 22/1, também acompanhada por uma aguerrida manifestação em frente à reitoria, a maioria dos conselheiros aprovou o pagamento do 13º em duas parcelas, nos meses de fevereiro e maio/2019, derrotando a proposta do reitor, de fazer a quitação em 4

parcelas ao longo do ano, condicionadas à arrecadação do ICMS. Após a reunião, o reitor da Unesp, Sandro Valentini, divulgou comunicado dizendo que a decisão do CO era apenas uma “indicação” e que o assunto voltaria à pauta em nova reunião do colegiado, no dia 14/2.

Reunidas em 6/2/2019, as entidades que compõem o Fórum consideram importante manter e ampliar a pressão sobre a reitoria da Unesp, realizando um grande ato no dia 14/2, que coloque em evidência não só a luta pelo 13º salário, mas também a defesa das nossas universidades. Certamente, a prática de retirada de direitos se consolidará, e mais direitos serão sequestrados, se permitirmos que seja suprimido esse direito constitucional de uma parte da comunidade das estaduais paulistas.



No site da Adunesp, em “Boletins do Fórum”, confira mais detalhes na edição de 6/2/2019

Algumas assembleias já apontam: Sem 13º salário, ano letivo não começa

A rodada de assembleias convocada pela Adunesp (até 8/2) ainda está em andamento. Mas já há resultados de algumas delas, apontando para o não início do ano letivo, caso o 13º não seja pago. É o caso de Bauru, Araraquara e Guaratinguetá.

A assembleia de Bauru, realizada em 6/2, também deliberou:

- Exigir a abertura de sindicância pela Reitoria para apurar os eventos violentos ocorridos contra os manifestantes no ato do dia 22/01;
- Assembleia no dia 18/02 às 14h na Sala 1;
- Participação do comando de greve nas Congregações para discutir a proposta da Adunesp para pagamento do 13º;
- Acompanhamento da transmissão da reunião do CO do dia 14/02 nas unidades;
- Realizar panfletagens nas portarias do campus em conjunto com o Sintunesp;
- Divulgar à comunidade bauruense, em meios de comunicação, a situação da universidade e as reivindicações do movimento.



Hora de mobilizar!

13 e 14/2 tem Plenária Estadual da Adunesp

Nos dias 13 e 14/2, a Adunesp realiza uma nova Plenária Estadual em São Paulo. O objetivo é discutir e deliberar sobre a continuidade das iniciativas de mobilização quanto ao 13º salário, a partir dos indicativos enviados pelas assembleias de base (a serem realizadas até o dia 8/2/2019), bem como os demais itens de pauta (conjuntura, eleições aos colegiados centrais, encontro de subseções da Adunesp), e considerando também a realização de reunião extraordinária do Conselho Universitário da Unesp

no dia 14/2.

O não pagamento do 13º salário aos servidores docentes e técnico-administrativos estatutários da Unesp – cerca de 12.700 trabalhadores – até este momento é apenas um dos elementos que compõem a crise instalada em nossa Universidade, certamente mais grave do que na USP e na Unicamp.

Estamos num momento crítico, numa situação limite em que precisamos tomar a defesa das universi-

dades estaduais paulistas em nossas mãos, uma vez que nossos gestores não têm se mostrado capazes de fazê-lo. Só a mobilização da comunidade acadêmica pode reverter esse quadro. Não basta se indignar cada qual em seu canto. É preciso uma ação coletiva em defesa da Universidade, dos nossos direitos e salários!

No site da Adunesp, na seção “Mais Notícias”, confira a pauta completa e detalhes sobre a plenária.

Fechar vagas públicas é retrocesso! Assine petição da comunidade de Registro

Em vez de cobrar que o governo estadual garanta o financiamento das universidades públicas, inclusive cumprindo a lei – como é o caso da insuficiência financeira, que é a diferença entre o que a universidade arrecada com as contribuições dos ativos e o que paga aos seus aposentados –, nossos reitores preferem continuar dobrando a espinha e atacando sua comunidade.

Agora, além do arrocho salarial, do congelamento de contratações e outros, o reitor da Unesp começa a falar em fechamento de cursos e *campi*. Este é um caminho tão irresponsável e desastroso quanto a aceitação da expansão sem a contrapartida de recursos perenes. É óbvio que o atual governador paulista, assim como seus antecessores, não tem apreço algum por nossas universidades e terá muito prazer em fechar vagas públicas. Aceitar o fechamento de cursos e *campi* agora significará dar aval para o completo desmonte da Unesp.

Registro sai na frente e monta abaixo-assinado!

Circula na Internet um abaixo-assinado contra o fechamento do campus de Registro. No momento de edição deste boletim, em 7/1, cerca de 30 mil pessoas já haviam assinado. Para apoiar, acesse <http://chng.it/KxK4g9bh>

Abaixo assinado contra o fechamento da UNESP em REGISTRO-SP



28.614 pessoas já assinaram. Ajude a chegar a 35.000!

- Alisson D'opone assinou este abaixo-assinado.
- Barbara Galhardi assinou há 34 segundos.
- Laila Lyne assinou há 30 segundos.

Nome: _____
 Sobrenome: _____
 Email: _____

Exibir minha assinatura e meu comentário neste abaixo-assinado

Assinar este abaixo-assinado

Assinar, você aceita os Termos de Uso e a Política

Fórum das Seis divulga nota contra contingenciamento de recursos: Novo ataque de Doria à autonomia universitária

O Decreto nº 64.078, de autoria do governador João Doria, publicado em 21/1/2019, estabelece o contingenciamento de recursos nas instituições públicas paulistas em torno de 2%. No caso das universidades estaduais, isso representa um rombo de cerca de R\$ 90,8 milhões para a USP, R\$ 42,4 milhões para a Unesp e R\$ 39,7 milhões para a Unicamp. Para o Centro Paula Souza, R\$ 44,8 milhões.

O governo justifica a necessidade do contingenciamento pelo fato de que a estimativa de arrecadação de ICMS para 2019 teria sido superestimada. Assim, os valores contingenciados seriam restituídos às universidades se e quando a arrecadação prevista for alcançada, mês a mês.

Para o Fórum das Seis, o contingenciamento agrava a crise de financiamento enfrentada pelas universidades neste momento, além de significar um desrespeito à autonomia universitária e ao que foi aprovado pela Assembleia Legislativa (Alesp) na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019.

A “tesoura” do governador não se abate com a mesma destreza sobre os interesses da iniciativa privada. Ao contrário, cresce a cada ano o volume de renúncia fiscal. No ano de 2017, o governo estadual renunciou de receber 16,04% da arrecadação de ICMS - cerca de R\$ 20 bilhões - de um conjunto de empresas, muitas delas devedoras contumazes desse imposto. Esse valor, que o governo generosamente doou a essas empresas, deixando de recebê-lo em forma de impostos, é mais do que o dobro do orçamento das três estaduais paulistas. Em 2018, esse montante ficou em 11,2%. Para 2019, está previsto em 16% do total de ICMS arrecadado.